

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI

Xosé M. Souto González

Sérgio Claudino

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade, 1600-214 LISBOA

Telefone: 217940218 Fax: 217938690 E-mail: cegul@mail.telepac.pt

Palavras-chave: Nações Unidas, milénio, cidadania, direitos, consumidores, problemas sociais

1. Um Geografia liberal

A Geografia está presente nas propostas de reforma iluministas do século XVIII. É uma disciplina de modernidade, de curiosidade pelo mundo que fascina os homens literados. O conhecimento de outros continentes, povos e países, é marcadamente elitista, útil às classes interessadas na exploração de outros territórios e povos. A Geografia passa a integrar os currículos dos colégios que formam os filhos das classes privilegiadas. É um saber generalista, sistematizador, que fala dos principais acidentes geográficos, países, cidades...

Já no século XIX, com a vitória do liberalismo e as reformas que criam o ensino secundário público, sai dos colégios para os liceus que a burguesia esclarecida vai construindo nas principais cidades; a Geografia é também consagrada na instrução primária, onde interessa, sobretudo, aos poucos que pretendem prosseguir estudos. Subsiste a Geografia iluminista, de continentes, países e produções, que os estudantes liceais continuam a ser recrutados junto das elites. A Geografia fala de espanhóis, portugueses... num discurso indiferente às classes sociais do Antigo Regime – ao encontro dos direitos assumidos com a Revolução Francesa, de que todos nascem livres e iguais.

Na segunda metade do século XIX, renova-se a produção geográfica escolar, com a i) expansão do sistema público de ensino junto das classes populares, através da instrução primária, e ii) a consolidação do estado-nação burguês.

Na instrução secundária, que continua reservada a poucos jovens, subsiste a Geografia generalista. Já na instrução primária, desenvolve-se uma *Corografia* de identificação nacionalista, em que se percorre o país através das redes hidrográficas e de caminhos-de-ferro, das principais localidades e produções. Aprende-se o funcionamento do

sistema político, administrativo, jurídico, militar e religioso, na promoção de uma passiva cidadania liberal, também ensinada através de práticas escolares tradicionais. Nos dois graus de ensino, a Geografia é colocada ao serviço da expansão colonial, promovendo ideologicamente o expansionismo das nações *civilizadas* por continentes dominados por *bárbaros e selvagens*, cujas imensas riquezas propaga. Em Portugal, em 1876, a recém-criada Sociedade de Geografia de Lisboa emite o seu primeiro parecer, precisamente sobre o ensino de Geografia, que pretende autónomo do de História – o que se concretizaria doze anos depois.

Em muitos países, a disciplina de Geografia vive o seu momento áureo, porque em sintonia com as grandes metas da construção dos modernos estados liberais, tanto ao serviço da identificação nacionalista dos jovens cidadãos, como ao serviço da exploração colonial.

A partir do final do século XIX, a Geografia inicia **um novo ciclo**. Tende a ficar relegada ao excepcionalismo kantiano: é uma saber específico, que procura descobrir a singularidade de cada território. Tal vai ao encontro da emergente Escola Nova, onde emergem teorias defensoras de que a criança deve descobrir o essencial, o que caracteriza cada lugar; o saber é empírico, intuitivo e construído a partir do trabalho indutivo. Em Espanha, assiste-se à divulgação da ciência geográfica pelas Escolas do Magistério e, também, pelo ensino básico. Professores veiculados ao Instituto Libre de Ensino (ILE), como R. Beltrán y Rózpide e P. Chico Rello, procuraram alternativas ao ensino/aprendizagem de Geografia, para que este saber disciplinar ofereça respostas escolares às solicitações sociais – um movimento sem correspondência em Portugal, onde no ensino da disciplina se desvaloriza cada vez mais as dimensões política e cívica.

A 1ª Guerra Mundial dá visibilidade aos movimentos pacifistas, também na escola. Nos anos 30 e na escola britânica de ensino de Geografia, particularmente atenta ao conhecimento de outros povos (ao encontro das necessidades do império britânico), defende-se o papel da Geografia no desenvolvimento da compreensão internacional. Em 1939, o Bureau International d'Éducation/BIE divulga uma recomendação sobre o *Ensino de Geografia nas escolas secundárias*, onde se alude à *compreensão e colaboração entre*

nações¹ - dimensão que hoje deve continuar a marcar as preocupações daqueles mais ligados à educação geográfica.

2. Direitos Humanos e Declaração do Milénio: os direitos sociais

Com o final da 2ª Guerra e a construção das Nações Unidas, cresce a consciência de que a paz é uma construção profunda, concretizada em cada cidadão e em cada sociedade, mais do que através de organizações e acordos internacionais. Em 1945, no Acto Constitutivo da UNESCO, escreve-se que *como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz*. Três anos depois, a Assembleia Geral da ONU proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nela se reafirma a primeira geração de direitos humanos, de liberdade e igualdade. Acrescenta-se uma segunda geração de direitos que, como os primeiros, contribuem para a liberdade, justiça e paz: os direitos económicos, sociais e culturais (Artigo 22º). Entre eles, contam-se o direito ao trabalho; ao repouso e ao lazer; à saúde e ao bem-estar, na alimentação, vestuário, alojamento e assistência médica; à segurança no desemprego, na doença ou na velhice e a uma educação elementar gratuita.

A Declaração detém-se, de forma breve, no exercício dos deveres de cidadania e alheia-se dos problemas ambientais, suscitados sobretudo a partir dos anos 70. Em qualquer caso, lançam-se novas metas para o desenvolvimento humano, agora mais centradas na concretização dos direitos sociais. Na nova concepção de cidadania, identificamos uma tripla dimensão:

- . civil, relativa aos direitos necessários para a liberdade individual (de expressão, pensamento, religião, propriedade...);
- . política, que abarca os direitos necessários para a participação no exercício do poder político (de reunião, imprensa, eleição, constituição de partidos políticos...);
- . social, que contempla os direitos necessários para uma existência decente e mínima no plano económico (direito ao trabalho) ou para uma vida social (salário justo, igualdade de oportunidades, direito à saúde...).

¹ http://www.ibe.unesco.org/International/DocServices/Recom/34_77_e/R18.pdf

Esta concepção de cidadania tem escasso eco nos estudos geográficos, orientados para a descoberta das características dos lugares do mundo. As liberdades pessoais, políticas e sociais ficam ocultadas na aparência de territórios em progresso. Também a emergência de um mundo bipolar, em clima de *guerra fria*, ajuda a desviar as atenções da concretização daqueles Direitos.

Na prosperidade dos anos 60, os jovens do mundo pós-Guerra reivindicam a concretização dos direitos sociais, do acesso à educação à construção de um mundo de paz. Este projecto não é assumido por um sistema educativo que prolonga os valores nacionalistas que congregam os cidadãos contra os inimigos, capitalistas ou comunistas. A inércia dos sistemas de ensino reconhece-se, por exemplo, na sua própria incapacidade em adoptar os currículos a públicos escolares com uma origem social cada vez mais heterogénea.

Após a 2ª Guerra, a Geografia é particularmente chamada a um contributo pacifista: um outro parecer do BIE, de 1949, debruça-se sobre *O Ensino de Geografia como meio de promover a compreensão internacional*². A disciplina é, aliás, chamada à participação em projectos educativos internacionais com essa finalidade.

Contudo, a Geografia não responderá a este apelo. Em 1968, outro parecer do BIE sobre *Educação para a compreensão internacional como parte integrante do currículo e vida da escola*³ refere a disciplina, mas desvaloriza o seu contributo. A Geografia continua agarrada a uma escola regional centrada na diferenciação de espaços finitos e na explicação da construção do território a partir das relações entre o homem e a natureza. É a *Geografia dos Professores* de que nos fala Yves Lacoste (1983), alienante e desproblematizadora, que nos seus textos escolares sanciona a divisão do mundo em dois blocos político-estratégicos. Nos anos 70/80, ela é particularmente confrontada com a emergência das ciências sociais nos currículos escolares, como sucede de forma mais clara em Espanha (Capel, Luis, Urteaga, 1984) mas, também, em Portugal, principalmente no período imediato ao 25 de Abril⁴.

Na Europa, o discurso nacionalista coloca-se ao serviço da construção da União Europeia. Muitas das manipulações que ajudaram a identificação com o estado-nação surgem, agora, na promoção da *dimensão europeia da educação* (CHAM'S, 1991). Em

² http://www.ibe.unesco.org/International/DocServices/Recom/34_77_e/R26.pdf

³ http://www.ibe.unesco.org/International/DocServices/Recom/34_77_e/R64.pdf

⁴ Em substituição das disciplinas de Geografia e História, implementaram-se, a título experimental, Ciências Sociais e Ciências do Ambiente.

Portugal e, menos, em Espanha, a Europa entra nos programas e manuais de Geografia, num claro exercício de identificação com a nova *grande pátria*.

Com a queda do Muro de Berlim, desmorona-se o mundo bi-polar e renovam-se as preocupações com o cumprimento dos direitos humanos de segunda geração.

Desde 1989, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publica um relatório anual que dá acrescida visibilidade às diversas dimensões do desenvolvimento. A ONU, através de diversas iniciativas, tenta colocar os direitos humanos da agenda política mundial. Proclama-se, para 1995-2004, a *Década das Nações Unidas para a Evolução dos Direitos Humanos*⁵. O ano de 2000 é seleccionado como *Ano Internacional para uma Cultura de Paz*⁶ e 2001-2010 é considerada a *Década Internacional para uma Cultura de Paz e da Não Violência para as Crianças do Mundo*⁷. No Artigo 4º da Resolução da Assembleia Geral, que proclama aquela década, afirma-se⁸:

A educação, a todos os níveis, é um dos meios principais para a construção de uma cultura de paz. Neste contexto, a educação para os direitos humanos reveste-se de especial importância.

Contudo, será em 2000 que as Nações Unidas tomam a iniciativa mais significativa. A Assembleia Geral faz a *Declaração do Milénio das Nações Unidas*, em que os principais líderes mundiais assumem *a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial...*⁹. Apontam-se metas concretas, como libertar 1000 milhões de seres humanos de condições extremas de pobreza (nº 11) ou reduzir, até 2015, para metade, a percentagem de pessoas com fome e rendimentos inferiores a 1 dólar por dia e sem acesso a água potável. Significativamente, esta Declaração afirma o propósito de *fazer aplicar integralmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos e de conseguir a plena protecção e a promoção dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países* (nº 25).

Entretanto, as estatísticas e as notícias continuam a falar-nos de um mundo profundamente desigual. Entre outros indicadores possíveis, os países desenvolvidos de

⁵ A/49/261 – E/1994/110/Ad. 1, anexo.

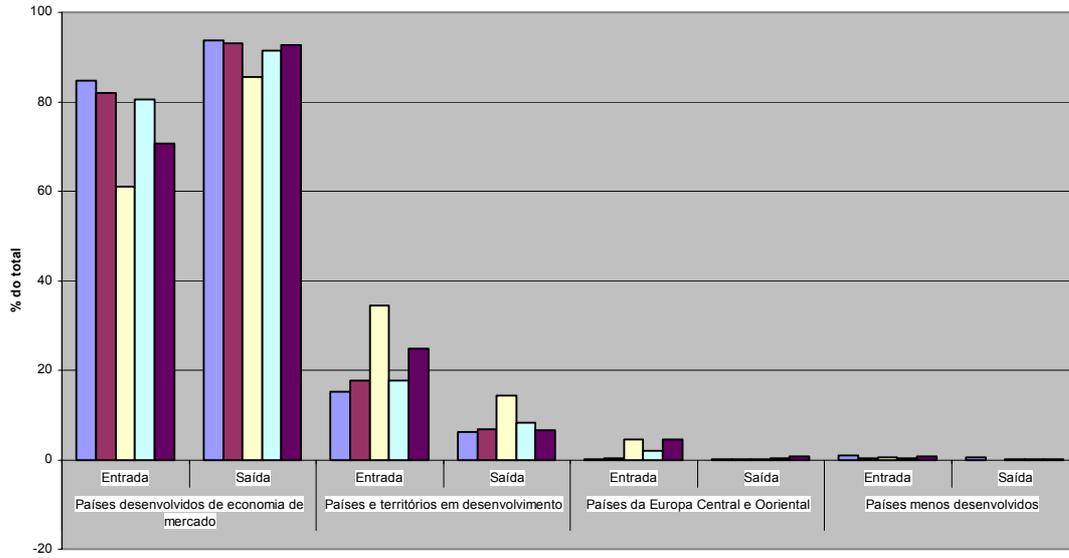
⁶ Resolução 52/15, de 20 de Novembro de 1997

⁷ Resolução 53/25, de 10 de Novembro de 1998

⁸ <http://www.ibe.unesco.web.pt/decadapaz.htm>

⁹ <http://www.iie.min-edu.pt/biblioteca/dh-milenio/declaracao-milenio.htm#I>

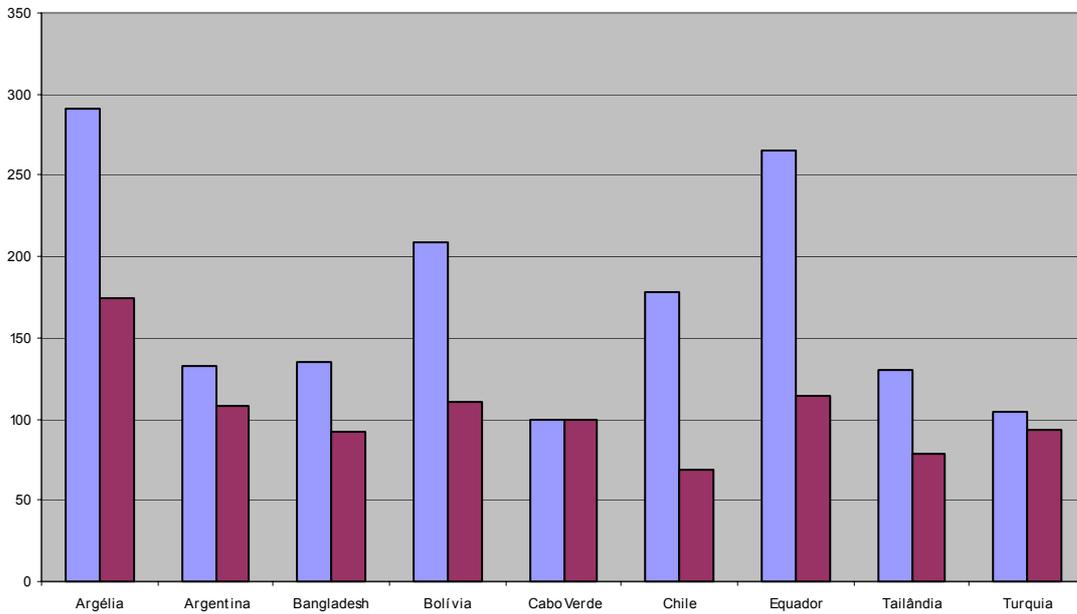
Gráfico 1 - Investimento estrangeiro directo



Fonte: UNCTAD, 2003

■ 1985 ■ 1990 □ 1995 □ 2000 ■ 2002

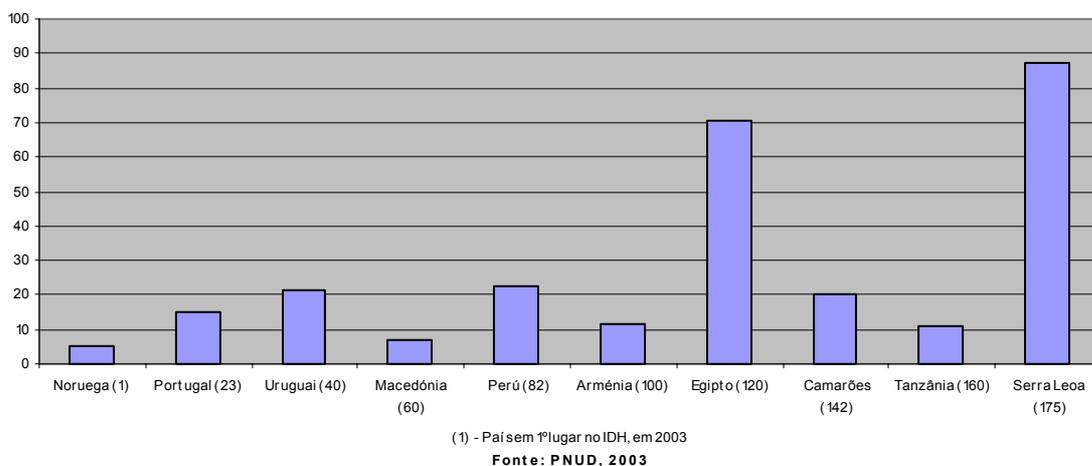
Gráfico 2 - Termos de troca de alguns países em desenvolvimento*



*Relação entre o índice do valor unitário das exportações e das importações, em percentagem Fonte: UNCTAD, 2003

■ 1980 ■ 2001

Gráfico 3 - Relação entre o rendimento da população 10% mais rica e mais pobre, por países ordenados pelo IDH



economia de mercado dominam em absoluto os fluxos financeiros internacionais (gráfico 1), há uma clara depreciação dos termos de troca dos países em desenvolvimento (gráfico 2) e, às assimetrias entre países, acrescentam-se aquelas entre os grupos mais privilegiados e os restantes (gráfico 3).

Na resposta à nova situação dos anos 90 e na defesa da presença da Geografia nos currículos escolares, a Comissão de Ensino da União Geográfica Internacional proclama, em 1992, a Carta Internacional da Educação Geográfica. Aí se retomam, como referência, os documentos constitutivos das Nações Unidas: a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição da UNESCO e outros (UGI, 1992, p. 5). Aponta-se para o contributo da Geografia para a Educação Internacional, a Educação Ambiental e a Educação para o Desenvolvimento.

Entretanto, nos anos 90, a União Europeia alertou-se com a crescente supremacia económica dos EUA. Rapidamente, o sistema educativo é encarado como um instrumento decisivo para contrariar os diferentes ritmos de crescimento dos dois lados do Atlântico.

Dá-se prioridade à formação científica e tecnológica e à formação contínua ao longo da vida. Até o generoso discurso ideológico do final dos anos 80 sobre *a dimensão europeia da educação* é praticamente esquecido. O ano de 1996 é proclamado Ano Europeu da Aprendizagem ao Longo da Vida. Em 2000, o Conselho Europeu define a Estratégia de Lisboa (2000): no prazo de dez anos, a Europa Comunitária pretende-se a

economia mundial mais dinâmica graças ao conhecimento, com uma atenção particular às tecnologias de informação e comunicação, a par da aprendizagem ao longo da vida¹⁰.

Estamos longe de um discurso educativo centrado em preocupações sociais. Na disciplina de Geografia, são limitados os ecos de apelos como os de Daudel (1996), de uma didáctica de alteridade ou, de novo, das solicitações do BIE/UNESCO que, em 1998, dedica um número da revista *Perspectives* (XXVIII-2), sobre *Apprendre à Vivre Ensemble Grâce à L'Enseignement de L'Histoire et de la Géographie*.

A Geografia continua presa ao paradigma regional, que coincide com a proposta educativa positivista: ensina-se *o que se vê* – mas ficam na penumbra as misérias dos marginalizados, que não aparecem nas redes informáticas.

3. Educação geográfica: vivemos juntos, quando temos as mesmas oportunidades

Os apelos lançados a partir das Nações Unidas não parecem ter o eco desejado, dentro e fora dos sistemas de ensino. Estes aparecem alheados, tal como um espelho das portas e janelas fechadas das escolas. A Geografia escolar procura a renovação em processos técnicos: gráficos, mapas de cores, internet... mas não se faz perguntas, nem se formula hipóteses sobre os grandes dilemas da humanidade: ter uma habitação digna, um trabalho e salário justo... Acolhe-se no que aparece na paisagem e, não, no que está dentro da mente das pessoas, o que estas sentem e raciocinam, como as lutas das mulheres por serem iguais em direitos, a migração na procura de uma vida digna...

Em 2000, no XXIX Congresso de Geografia, em Seúl/Coreia, a Comissão de Educação Geográfica da UGI produz uma nova Declaração, agora sobre *a educação geográfica para a diversidade cultural*.

Este novo documento representa um retrocesso em relação às preocupações sociais da Carta Internacional. Alude-se ao cumprimento dos direitos humanos, mas tal surge como uma questão secundária. Defende-se que a *educação geográfica promove uma cultura amigável com o meio ambiente em todas as escalas de interacção*, num discurso que continua a desvalorizar os conflitos de interesses associados à defesa do ambiente, também a diferentes escalas, bem como a especificidade do contributo da educação

¹⁰ 2391. Conselho – Educação/Juventude, 29 de Novembro de 2001

geográfica para um desenvolvimento sustentado. A Declaração de Seúl centra-se, como o próprio título indica, no respeito da diversidade cultural e defende que¹¹:

...a principal contribuição da Geografia para o futuro do planeta radica agora nos seus esforços pedagógicos e científicos para aprofundar a nossa compreensão dos aspectos espaciais do interface homem-natureza.

A problemática mundial é praticamente reduzida a um anseio de boa vontade para compreender a diversidade cultural do mundo – mas, que dizer da ausência de condições mínimas de sobrevivência de muitos dos povos deste mesmo mundo, que vão perdendo o direito à diversidade, tão enfatizada nesta declaração? Os acontecimentos político-militares dos últimos anos, expoentes de um mundo de tensões e conflitos, contrariam, uma vez mais, o discurso de uma Geografia alheada.

Em 2001, de 5 a 8 de Setembro, a 46ª Conferência Internacional da UNESCO, reflectiu, em Genebra, sobre *Aprender a viver juntos: será que fracassamos?* Três dias depois, em Nova Iorque, ocorre o conhecido atentado terrorista. Num Posfácio aos resultados da conferência, alude-se aos acontecimentos do 11 de Setembro e acrescenta-se que *interrogamo-nos para saber se a aspiração a aprendermos a viver juntos não será, agora, mais importante do que a construção do saber* (UNESCO/BIE, 2002, p. 105). Mas só podem viver juntos os que têm as mesmas oportunidades; por isso, o ensino procura compensar as desigualdades, chamando todas as pessoas a um **território** público, onde as pessoas convivem para além da sua riqueza, ideologia, crenças ou identidades étnicas.

As preocupações desenhadas na ONU não têm eco nos responsáveis da União Europeia. Mesmo no primeiro Conselho sobre Educação que se segue ao atentado de Nova Iorque, faz-se uma escassa referência à *tolerância e o respeito pelos direitos humanos*¹². O discurso economicista da Estratégia de Lisboa continua a imperar, com insistência numa *abordagem integrada da educação e da formação*¹³. A educação é um instrumento para a competitividade e a cidadania tende a transformar-se em direitos dos consumidores.

O sistema educativo não respondeu ao desafio colocado pelos Direitos Humanos emergentes da 2ª guerra mundial e não está a responder àquele relançado na Declaração do

¹¹ <http://www.ieg.csic.es/age/docs/00-08-divers-cultur.htm>

¹² 2330ª sessão – Educação/Juventude, 12 de Fevereiro de 2001

¹³ 2585ª sessão do Conselho – Educação, Juventude e Cultura – Bruxelas, 27-28 de Maio de 2004

Milénio, que sublinha a concretização integral daqueles Direitos. Na União Europeia, a indiferença a estas finalidades começa nos dirigentes políticos e prolonga-se, aparentemente, pelos responsáveis educativos.

Como referimos, de há muito o ensino de Geografia tem estado ao serviço dos interesses das classes hegemónicas do Estado-Nação – mas esta disciplina também tem contribuído para que, ao longo de gerações, tenhamos olhado e tentado compreender as várias sociedades e os seus problemas. O desafio de um mundo mais justo interpela, decisivamente, uma educação geográfica que deve estar empenhada na concretização dos direitos sociais dos vários grupos humanos.

É este o desafio que assumimos e que nos propomos desenvolver como projecto de investigação. Não podemos ficar com uma concepção da Geografia como ciência do que se vê (a paisagem observável), mas dos factores que impedem a construção de um território público onde a cidadania é expressão dos direitos humanos. A Geografia deve colaborar na explicação de como se desenvolvem certos problemas sociais em territórios de diferente escala, tais como:

**nem todas as pessoas dispõem de um trabalho onde desenvolver as suas competências físicas e intelectuais,*

**alguns países são explorados por outros através de relações comerciais injustas,*

**no crescente processo de urbanização, há grupos de pessoas que vivem em situações de marginalização social junto a outras que dispõem de vastos recursos económicos e materiais.*

Nós, os professores de Geografia, gostamos de dizer que *o mundo é a nossa casa*. Mas só partilhamos a mesma casa quando partilhamos de condições de vida dignas e essa deve ser a grande meta da Geografia no começo do terceiro milénio.

Para abordar nas aulas estes problemas, é necessário estudar as atitudes dos alunos num mundo que muda a ritmo acelerado, tanto por invasão da esfera doméstica, a partir dos meios de comunicação, como dos complexos referentes familiares. É também necessário investigar as atitudes de professores, que necessitam de uma formação diferente, longe das estratégias que se desenvolveram para uma Geografia regionalista que nasceu nos finais do século XIX, em resposta aos interesses das classes hegemónicas e à construção do seu estado-nação.

Referências:

CAPEL, H.; LUIS, A.; URTEAGA, L. (1984) – La Geografia ante la Reforma Educativa. *Geocrítica*, nº 53, Set.

CHAM'S/Groupe Chamonix-Sérignan (1991) – *Enseigner la géographie en Europe*. Anthropos/GIP RECLUS, Paris.

LACOSTE, Y. (1983) – A Geografia. *A Filosofia das Ciências Sociais (de 1860 aos nossos dias)*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, p. 197-243.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD (2003) – *Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003*. Mensagem Serviço Recursos Editores, Queluz.

UNESCO/BIE (2002) – *Aprender a viver juntos: será que fracassamos?*. UNESCO, Brasília.

UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL/UGI (1992) – *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Separata da *Apogeo*, Associação de Professores de Geografia.